



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0001722-98.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo**
 Documento de Origem: **IP - 023/2015 - 3º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Thiago Mariano Bezerra**

Aos 26 de maio de 2015, às 13:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. **Luiz Carlos Santos Oliveira**, Promotor de Justiça, bem como do réu **THIAGO MARIANO BEZERRA**, devidamente escoltado, acompanhado do Defensor Público, Dr. Joemar Rodrigo Freitas. Iniciados os trabalhos foram inquiridas a vítima Renato Dias de Oliveira, as testemunhas de acusação Bianca Alves Francisco e Leila Vieira de Oliveira, sendo o réu interrogado ao final, tudo em termos apartados. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: O réu foi denunciado como incurso no artigo 157, § 2º, incisos I e II, por ter praticado roubo descrito na peça acusatória. A denúncia é procedente. A vítima e testemunhas confirmaram que ele chegou no local, apontou a arma e subtraiu o dinheiro que estava no caixa. Na ocasião ele se utilizou de um revólver, conforme informou a vítima. Em audiência foi ele reconhecido pessoalmente pelas testemunhas Bianca e Leila. O concurso de pessoas não ficou comprovado, uma vez que as testemunhas não confirmaram o relato feito na polícia, de que ele teria saído do local com uma moto conduzida por um desconhecido. Isto posto requiro a condenação do réu como incurso no artigo 157, § 2º, inciso I, do CP. É ele reincidente (fls. 75). Diante de sua confissão, a pena deverá ser reduzida, em face de se tratar de atenuante genérica. O regime inicial para o cumprimento da pena deverá ser o fechado em face da natureza do crime, o que revela periculosidade do agente. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: O acusado, após entrevista reservada, optou espontaneamente em confessar o delito. Sendo assim, a autoria e materialidade ficaram demonstradas. Requer o afastamento da qualificadora do concurso de pessoas, fixação da pena-base no mínimo legal, em face da ausência de maus antecedentes conforme súmula 444 do STJ. Requer ainda reconhecimento da atenuante da confissão, devendo esta ser compensada com a agravante da reincidência. Requer, por fim, que a causa de aumento de pena seja fixada em seu patamar mínimo. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. THIAGO MARIANO BEZERRA**, RG 42.575.528-9, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 157, parágrafo 2º, incisos I e II, do Código Penal, porque no dia 05 de dezembro de 2014, por volta das 22h10, na lanchonete Macarrão na Chapa, localizada na Rua Miguel João, 601, bairro Jardim Bandeirantes, nesta cidade e comarca, subtraiu em concurso com um indivíduo não identificado e com emprego de arma de fogo, de Renato Dias de Oliveira, proprietário daquele estabelecimento comercial, R\$500,00 em dinheiro, após render Bianca Alves Francisco, funcionária que cuidava do caixa, empunhando um revólver, com isso reduzindo-a à impossibilidade de resistência mediante grave ameaça, consistente em anunciar o assalto. Segundo o apurado, o denunciado e seu comparsa ajustaram a prática do roubo e se dirigiram até o local dos fatos utilizando uma motocicleta. Thiago adentrou na lanchonete e dirigiu-se ao caixa, momento em que anunciou o assalto e obrigou a funcionária a abrir a gaveta, apontando-lhe o revólver calibre 32, marca Smith & Wesson que portava. Após subtrair o dinheiro o denunciado se evadiu assumindo a garupa da motocicleta que era conduzida pelo indivíduo não identificado e que o aguardava próximo do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

local dos fatos. Alguns dias depois, ao tomar conhecimento de matéria jornalística que divulgou a fotografia de Thiago quando ele foi detido, as testemunhas o reconheceram como autor do roubo, assim como a arma que ele portava na ocasião, que foi apreendida em razão do BO 4543/2014. Recebida a denúncia (fls. 52), o réu foi citado (fls. 65/66) e respondeu a acusação através de seu defensor (fls. 71/72). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas a vítima e duas testemunhas de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação com a exclusão da qualificadora do concurso de agentes e a Defesa requereu também a exclusão da qualificadora e ressaltou a confissão espontânea do réu, pugnando pela aplicação da pena mínima. **É o relatório. DECIDO.** Está demonstrado que houve o roubo e que o réu foi o seu autor. A vítima que sofreu a ação do agente e uma testemunha que assistiu a cena reconheceram o réu em um site policial, quando ele tinha sido preso por outro motivo. Procuraram a delegacia de polícia e fizeram o reconhecimento formal do mesmo através de foto. Nesta audiência reiteraram o reconhecimento feito anteriormente e também fizeram o reconhecimento pessoal do réu. Este, ao ser interrogado, admitiu a prática do delito e o fez com bastante espontaneidade e dando detalhes. Portanto, a autoria é certa e sequer foi contestada pela combativa defesa do réu. Houve emprego de arma, situação que caracterizar aumento de pena. Mas deve ser afastada a do concurso de agentes, porque tal situação não ocorreu como informaram a vítima e testemunhas, devendo ser excluída. Pelo exposto e por tudo mais que nos autos consta **JULGO PROCEDENTE A ACUSAÇÃO, excluía apenas a qualificadora do concurso de agentes.** Passo à dosimetria da pena. Observando todos os elementos formadores do artigo 59 e 60 do Código Penal, a despeito de o réu registrar antecedente, delibero estabelecer a pena-base no mínimo legal, isto é, em quatro anos de reclusão e dez dias-multa, no valor mínimo. Deixo de impor modificação em razão da agravante da reincidência (fls. 75), porque em favor do réu existe a atenuante da confissão espontânea. Acrescento um terço em razão da causa de aumento de pena pelo emprego de arma, resultando a pena em cinco anos e quatro meses de reclusão e 13 dias-multa, no valor mínimo, que torno definitiva à falta de outras causas modificadoras. **CONDENO, pois, THIAGO MARIANO BEZERRA à pena de cinco (5) anos e quatro (4) meses de reclusão e treze (13) dias-multa, no valor mínimo, por ter transgredido o artigo 157, § 2º, inciso I, do Código Penal.** Por ser reincidente (fls. 75) iniciará o cumprimento da pena no **regime fechado**, único necessário para esta espécie de delito cometido. Agora que o réu está condenado e considerando ainda a sua reincidência, bem como que em liberdade poderá voltar a delinquir, além do que poderá desaparecer e frustrar a execução da pena, não poderá recorrer em liberdade, justificando a decretação de sua prisão preventiva, que fica agora declarada. Expeça-se mandado de prisão. Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. Registre-se e comunique-se. **NADA MAIS.** Eu, _____, (Cassia Maria Mozaner Romano), oficial maior, digitei e subscrevi.

M. M. JUIZ:

M.P.:

DEF.:

Réu: